

DS/Rio cobra melhores condições de trabalho para fortalecer fiscalização previdenciária



Lideranças sindicais, administradores da RFB e especialistas discutiram as perspectivas para a Previdência no seminário realizado pela Delegacia Sindical no dia 13 de Maio.

A função estratégica da fiscalização previdenciária exige que sejam respeitadas as especificidades da atividade, com a melhoria das condições de trabalho na área, de forma a estimular a permanência dos colegas neste setor. Essa é uma das conclusões do seminário “Previdência Social Pública em Debate”. Entre as medidas, a DS/Rio propõe a revisão dos parâmetros para estabelecimento de metas. **Páginas 4 e 5.**

Assembléia do Rio define pontos estratégicos para a LOF

A garantia do AFRFB como autoridade administrativa, a separação das carreiras de auditor e de analista, a rejeição a uma “autonomia funcional, patrimonial, administrativa, orçamentária e financeira” da RFB e o fim da figura do acesso imotivado, do compartilhamento de atribuições e dos superpoderes propostos para o secretário da Receita são pontos que devem constar de qualquer proposta de LOF a ser apoiada pela categoria. **Página 8.**

Entrevista:

Concurso de remoção é essencial para completar reestruturação

O diretor de Defesa Profissional da DS/Rio, João Abreu, analisa os primeiros momentos da reestruturação da área de Tributos internos e seus reflexos no dia-a-dia das unidades afetadas. **Página 3**

Ações e reflexões

Os auditores-fiscais da Receita Federal têm um privilégio: por meio da fiscalização das contribuições previdenciárias, participam de um dos maiores programas sociais do mundo, que é a Previdência Pública brasileira. Temos um duplo compromisso com a instituição, como beneficiários do sistema e como agentes públicos que exercem função essencial à sua preservação.

A responsabilidade que advém dessa condição exige que estejamos permanentemente alertas para cobrar as condições de trabalho necessárias à excelência requerida pela missão. E foi esta a inspiração da DS/Rio ao organizar mais uma atividade destinada à reflexão sobre a fiscalização previdenciária, o seminário “Previdência Social Pública em Debate”, realizado no último dia 13 de maio. Um pouco desta reflexão você acompanha a partir da página 4.

Desde o dia 3, está em vigor a reestruturação da área de Tributos Interno do Rio. Com isso, saíram do papel as novas DRF 1 e 2 e a Delegacia de Maiores Contribuintes, nos primeiros passos de um processo que

ainda não está completo: a DS continua a defender a realização de um concurso de remoção para assegurar oportunidade a todos os colegas de escolherem suas lotações, como você pode ler na página 3

E também tivemos desdobramentos na luta pela Lei Orgânica do Fisco, com a divulgação da minuta de LOF proposta pela administração. A análise do texto vai exigir muita responsabilidade da categoria e os AFRFB do Rio já deixaram claro que não aceitam *qualquer LOF*, rejeitando a fragilização ou o compartilhamento de atribuições, reafirmando a autoridade do auditor-fiscal e a integridade da RFB como órgão de Estado, como conta a reportagem da página 8.

Foi um mês de maio agitado, mas os AFRFB estão acostumados. Sabemos que mais desafios virão pela frente e a DS/Rio quer continuar a ser um espaço de reflexão e de organização das ações que nos permitirão prosseguir nas conquistas.

Boa leitura a todos

*Diretoria da Delegacia Sindical
do Rio de Janeiro*

Plantão Jurídico Itinerante

A partir do mês de junho, o Plantão Jurídico da DS/Rio vai visitar as diversas localidades para chegar mais perto dos filiados. O atendimento na sede da Rua da Quitanda — quartas-feiras, das 14 às 18 horas —, está mantido, mas passa a ser quinzenal, alternado com visitas às diversas unidades da RFB.

Criado no final de 2009, o serviço oferece orientação e apoio, permitindo que muitas questões sejam resolvidas sem necessidade de ações judiciais. O calendário do Plantão Itinerante será divulgado em junho e os atendimentos continuam sendo agendados pelo telefone 2507-6063.

Cadu: saudade e exemplo

Os auditores-fiscais perderam um grande batalhador pelas causas da categoria. No dia 28 de abril, faleceu o ex-diretor da DS/Rio, Carlos Eduardo Santos Baptista, aos 57 anos de idade. Cadu, como era chamado pelos amigos e colegas, exerceu o cargo de diretor de Atividades Especiais da DS/Rio no biênio 2003/2005 e marcou sua atuação sindical pela presença constante no trabalho parlamentar, no Rio e em Brasília. As caravanas pela aprovação da MP 1915 e as mobilizações contra a reforma da Previdência, entre outras lutas, sempre contaram com sua decidida colaboração. Para a DS/Rio, Cadu deixa muitas saudades, mas também um grande exemplo.

Auditora defende fim da cobrança previdenciária

A auditora-fiscal Clemilce Carvalho foi uma das expositoras convidadas a debater a Proposta de Emenda Constitucional 555 numa audiência pública no dia 5 de maio, na Câmara dos Deputados, em Brasília. A audiência foi convocada pela Comissão Especial que analisa a PEC, para fornecer subsídios ao parecer do relator da matéria, deputado Luiz Alberto dos Santos (PT-Ba).

A PEC 555 pretende extinguir a cobrança da contribuição previdenciária de servidores aposentados e de pensionistas.

O **Agente Fiscal** é uma publicação mensal da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro do **Sindifisco Nacional** - Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil. **Presidente:** Aelio dos Santos Filho. **Vice-Presidente:** Maria Alice Sant'Anna Wiltshire. **Secretário-Geral:** Rosângela Dutra Weck. **Diretor de Finanças:** Luiz Gustavo Pereira Regadas. **Diretora-Adjunta de Finanças:** Sonia Maria Binda Campos Pereira. **Diretora de Administração:** Sonia Chaves Mesentier. **Diretor de Assuntos Jurídicos:** Marilene de Oliveira Maron. **Diretora-Adjunta de Assuntos Jurídicos:** Teresa Maria da Silva Vagos. **Diretor de Defesa Profissional:** João Luiz Teixeira de Abreu. **Diretor de Comunicação:** Alexandre Teixeira. **Diretora de Assuntos de Aposentados:** Maria Gláudia Ferrer Mamede. **Diretora-Adjunta de Assuntos de Aposentados:** Terci Aires Moreira de Affonseca Reis. **Diretor de Relações Intersindicais e Assuntos Parlamentares:** Paulo Torres de Carvalho Barbosa. **Diretor de Defesa da Justiça Fiscal e da Seguridade Social:** Antonio Henrique Azevedo da Cunha. **Diretor de Atividades Socioculturais:** Regina de Fatima da Silva Caldeira Hardman. **Diretores Suplentes:** Avelino Salvador, Luciano de Moraes Rebouças e Jose do Nascimento Freitas. **Cons. Fiscal:** Lenine Alcantara Moreira, Sergio Santiago da Rosa e Armando Domingos Barcellos Sampaio. **Jornalista responsável:** Cyntia Campos (MTb 1394). **Diagramação:** Manuela Leite. **Foto:** Luiz Henrique e Acervo da DS/Rio. **DS/RJ:** Rua Debret, 23 - salas 401/405 - Centro. CEP: 20030-080. **Fone:** (21)3125-3800 / 3125-3805 (fax). **E-mail:** dsrj@unafisco-rj.org.br **Site:** www.sindifisconacional-rj.org.br. Distribuição Gratuita, circulação local. Textos assinados não contêm, necessariamente, a opinião dos responsáveis por este jornal.

DS/Rio cobra compromisso com concurso de remoção

A DS/Rio continua cobrando da administração o compromisso de realizar um concurso de remoção que assegure a composição do quadro funcional das novas unidades resultantes da reestruturação da área de Tributos Internos. Embora 94% dos servidores tenham tido respeitada sua primeira opção de lotação, 3% dos AFRFB deixaram de ser contemplados em suas escolhas, como é o caso de vários colegas transferidos para a DEMAC.

Nesta entrevista, o Diretor de Defesa Profissional da DS/Rio, João Abreu, analisa os primeiros passos da reestruturação, em vigor desde 3 de maio, e cobra da DEN outro compromisso: a abertura de uma negociação com a administração central visando a garantir o remanejamento para o Rio dos DAS necessários à preservação da qualidade do trabalho das áreas de Fiscalização e de Tributos Internos.



Agente Fiscal- O que já se pode avaliar da reestruturação e de seus reflexos sobre o dia-a-dia da atividade dos AFRFB nas unidades afetadas?

João Abreu- Toda mudança traz transtorno. Essa reestruturação não seria diferente, até pela sua abrangência. Na rotina de trabalho, temos o esperado transtorno da nova disposição física das unidades: o imóvel da Barra ainda não foi alugado, o prédio da Demac ainda não está pronto, então, ainda não está claro qual será o espaço que será ocupado pela DRF 1, que é a unidade que vai ficar aqui na sede do Ministério da Fazenda.

AF- Como a DS/Rio avalia a redistribuição dos AFRFB nas novas unidades?

João Abreu- A DS/Rio ficou sempre muito atenta para que colegas não fossem lotados em qualquer das novas unidades contra a vontade e 94% dos servidores foram contemplados em sua primeira opção de lotação, o que é positivo. Mas nós calculamos que 3% dos AFRFB deixaram de ser atendidos em sua primeira opção. Esse grupo, majoritariamente, é composto pelos colegas que foram transferidos contra a vontade para a Demac. Nós compreendemos o interesse do serviço e as necessidades da administração, mas continuamos in-

sistindo que ninguém deve ser obrigado a trabalhar em determinado setor, se não for essa sua decisão ou sua inclinação.

Paradoxalmente, esses colegas que foram contrariados teriam sido lotados na Demac por conta da qualidade do trabalho que desenvolvem e do perfil profissional, considerado pela administração o mais adequado à área de grandes contribuintes. Pode até ser lisonjeiro, mas lotação à revelia não é exatamente o melhor prêmio.

AF- Desde o início do processo, a DS vem reivindicando a realização de um concurso de remoção, no âmbito da 7ª RF, para garantir a formação dos quadros das novas delegacias. Em que pé andam as negociações com a administração?

João Abreu- Em todos os encontros que tivemos com a superintendente Eliana Pólo e com outros dirigentes, a administração sempre confirmou sua disposição de atender esse pleito da DS. Aliás, o superintendente-adjunto, Marcus Vinícius Vidal Pontes, reiterou esse compromisso publicamente, durante o seminário da LOF. Segundo eles, não foi possível, por uma questão operacional, viabilizar o concurso neste primeiro momento, mas há a reiterada intenção de fazê-lo. A DS vai continuar cobrando e lembrando

que há muitos colegas de unidades não afetadas pela reestruturação que também gostariam de ser lotados na Barra da Tijuca, por exemplo.

AF- A reestruturação acaba com a divisão entre a fiscalização e os setores de arrecadação e tributação, recriando as delegacias completas. Já é possível avaliar o funcionamento desse modelo?

João Abreu- É muito importante que as unidades da RFB tenham uma visão integral do contribuinte. A delegacias completas vão nesta direção, mas ainda é cedo para avaliar os resultados. Uma coisa já chama a atenção: a área de Fiscalização, a antiga Defis, tinha um alto padrão de funcionamento. Com a reestruturação e o conseqüente remanejamento de cargos comissionados, houve mudanças que colocam em risco essa qualidade, como o aumento do número de auditores em cada grupo de fiscalização. É por isso que a DS/Rio vem cobrando da administração local e da DEN uma pressão sobre a administração central, no sentido de remanejar para o Rio alguns DAS que permitam, entre outras coisas, a recomposição do número de grupos de fiscalização, que foi diminuído, e a redução do número de fiscais por grupo e também reforçar a área de Tributos Internos.

Previdência:

AFRFB tem papel estratégico na proteção do sistema

A Previdência Social Pública é um patrimônio dos trabalhadores brasileiros e os auditores-fiscais têm um duplo compromisso com a defesa desta instituição: na condição de beneficiários do sistema e na condição de agente públicos responsáveis pela fiscalização das contribuições. “Temos o dever de ser os olhos da Nação. A fiscalização previdenciária é essencial à preservação do sistema e, conseqüentemente, à defesa dos preceitos da Constituição de 1988”.

Esse compromisso foi destacado pelo presidente da DS/Rio, Aelio Santos Filho, na abertura do seminário “Previdência Social Pública em Debate”, organizado pela DS no último dia 13 maio. Realizado na sede da Rua da Quitanda, o evento contou com a presença de 120 colegas. Entre os palestrantes, especialistas, administradores da RFB e lideranças da categoria, que discutiram a natureza, o propósito e a importância da Previdência Social Pública, cuja viabilidade vem sendo sistematicamente questionada por defensores do Estado mínimo.

Paz e desenvolvimento - Na parte da manhã foi realizado o painel “Previdência Social Pública: instrumento de cidadania”, com exposições da economista Denise Gentil Lobato, diretora-adjunta de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, e do assessor técnico da Câmara dos Deputados, Flávio Tonelli (veja quadro). A mesa foi coordenada pela AFRFB Clemilce Carvalho, que defendeu a retomada da publicação trimestral dos devedores da Previdência como uma das medidas de proteção à instituição. “Não existe paz nem desenvolvimento sem Previdência Social Pública”, lembrou ela.

À tarde, o seminário prosseguiu com uma análise do papel do AFRFB na

proteção da Previdência, das dificuldades enfrentadas pela fiscalização previdenciária a partir da fusão dos Fiscos e de medidas de fortalecimento da atividade de fiscalização, no painel “Fiscalização das contribuições previdenciárias: retrospectiva e perspectivas”. Os debatedores foram o ex-presidente do Unafisco Sindical, Paulo Gil Introíni, a diretora da DS/Maranhão, Maria de Lourdes Nunes Carvalho, a superintendente-adjunta da 7ª RF, Denise Esteves Fernandes, e o chefe da Divisão de Suporte à Atividade Fiscal Previdenciária (Difip) da Coordenação-Geral de Fiscalização da RFB, Jordão Nóbrega da Silva Júnior.

Legitimação da autoridade- O painel foi coordenado pelo diretor da DS/Rio, Luciano Rebouças, que lembrou o papel estratégico dos AFRFB na proteção do sistema e a importância da atividade de fiscalização previdenciária para a valorização da categoria. “A legitimação da Receita Federal e da autoridade do auditor dependem de um bom serviço prestado também nesta área”, destacou, lembrando que “por meio da arrecadação das contribuições previdenciárias, o AFRFB participa de um dos maiores programas sociais do planeta, que é a Previdência Pública brasileira”.

A abertura do seminário foi feita pelo presidente da DS/Rio, Aelio dos Santos Filho, pelo presidente da Afiperj, Sergio Wehbe, e pelo superintendente-adjunto da 7ª Região Fiscal, Marcus Vinícius Vidal Pontes, que destacou a importância da reestruturação da área de tributos internos do Rio de Janeiro também para a fiscalização previdenciária. “Essas mudanças vêm para reforçar a visão integral do contribuinte e para aumentar a proximidade do Fisco com o fardo gerador. Isso vai impactar também a área de fiscalização previdenciária”, assegurou.



Luciano: “Legitimação da autoridade do AFRFB também passa por um bom serviço na fiscalização previdenciária”.

Cerco à Previdência continua

O “argumento da moda” para justificar a retirada de mais direitos previdenciários é o “envelhecimento da população”, decorrente do aumento da expectativa média de vida. “Mas também cresce o contingente de adultos em idade laboral: eles serão 67% da população em 2020”, informa o assessor técnico da Câmara dos deputados, Flávio Tonelli.

O aumento da expectativa de vida não implica a extensão da capacidade laboral. Os números apresentados por Tonelli sugerem que “morrer mais tarde” não significa, necessariamente, permanecer apto para o trabalho por mais tempo: na faixa etária dos 50 aos 64 anos, 64,5% dos trabalhadores têm uma doença crônica e 36% têm duas doenças crônicas. A partir de 65 anos, 77,8% têm doença crônica. “Isso gera incapacidade para o trabalho, ou uma desvantagem na disputa por espaço no mercado de trabalho, condenando os mais velhos ao subemprego”. Tonelli defende a redução do tempo de carência para a aposentadoria por idade, que hoje é de 15 anos de contribuição e está “entre os maiores do mundo”.

Fortalecimento da fiscalização previdenciária requer melhoria das condições de trabalho

O fortalecimento da fiscalização previdenciária exige a melhoria das condições de trabalho, o respeito às especificidades da atividade e à cultura do setor. Essas são algumas das conclusões do seminário “Previdência Social Pública em Debate”. Um dos principais focos do evento foi a busca de soluções para a constante pressão sobre os auditores-fiscais oriundos da Previdência, que, a partir da fusão dos Fiscos, foram absorvidos por uma burocracia que desconhecia as peculiaridades do setor.

Muitos dos participantes se manifestaram sobre o crescente desestímulo dos AFRFB que atuam na fiscalização previdenciária, decorrente da incompatibilidade entre o volume de trabalho — resultante da burocracia que envolve o lançamento tributário da contribuição previdenciária — com as metas impostas. Embora a administração já sinalize com mudanças para 2011, a DS/Rio propõe a revisão imediata dos parâmetros para estabelecimento de metas como forma de reverter o quadro atual.

Revisão de metas- A proposta de revisão das metas da fiscalização previdenciária foi apresentada durante o seminário e foi recebida com atenção pela superintendente-adjunta da 7ª RF, Denise Esteves Fernandes, e pelo chefe da Divisão de Suporte à Atividade Fis-



O presidente da DS/Rio lembra que a sobrecarga sobre a fiscalização previdenciária afeta toda a instituição e precisa ser enfrentada por todos.



Durante o seminário, a DS/Rio propôs à administração a revisão das metas na área de Previdência.

cal Previdenciária (Difip) da Coordenação-Geral de Fiscalização da RFB, Jordão Nóbrega da Silva Júnior, que se comprometeu a levar a sugestão ao órgão central da RFB.

“Nossa capacidade de produção e a qualidade do nosso trabalho têm tudo a ver com a satisfação de trabalhar. A sobrecarga sobre os colegas da fiscalização previdenciária é uma questão que afeta toda a instituição e precisa ser enfrentada por todos nós”, destaca Aelio Santos Filho, presidente da DS. Para ele, o fortalecimento do setor requer não só o estímulo a quem já trabalha na área, mas também de incentivos que atraiam AFRFB de outros segmentos.

Atenção permanente- O seminário “Previdência Social Pública em Debate” não é uma iniciativa isolada da DS/Rio na busca de contribuir para a reflexão sobre a fiscalização previdenciária. Em agosto de 2009 a DS já havia reunido colegas de todo o Brasil para debater o tema em seminário. Também foi por proposta da DS que a Superintendência da 7ª Região Fiscal encampou a criação de um grupo de trabalho encarregado de identificar os problemas e formular soluções para o setor. O grupo, composto por 12 auditores, mas com reuniões abertas à

participação de todos os interessados, já trabalha desde outubro do ano passado.

“Aqui no Rio damos atenção permanente à fiscalização previdenciária, mas o tema reclama uma reflexão nacional”, diz Aelio, lembrando que qualquer solução terá que vir da administração central. Mas se o debate ainda está restrito a algumas localidades, os problemas estão em todo o país, como atesta a diretora Jurídica da DS/Novo Hamburgo, Maria Clecy, que veio ao Rio acompanhar o seminário. “A mudança organizacional sofrida pela RFB deixou feridas. Ao longo do debate eu vi serem descritas situações presentes no meu ambiente de trabalho, também”.

Maria Clecy ressalta que há sistemas de trabalho específicos da Previdência que não se adequam às metas da Receita. “Isso gera uma sobrecarga de trabalho para os responsáveis pela fiscalização das contribuições previdenciárias, resultando em estresse, desmotivação e conflitos internos”. Além de decidir propor a realização de um seminário semelhante na sua DS, ela voltou a Novo Hamburgo convencida de que as metas precisam ser revistas urgentemente. “A iniciativa da DS/Rio em organizar este evento é muito importante e precisa se espalhar pelo país”.

Relator rejeita congelamento salarial de servidores

O Projeto de Lei que pretende instituir o congelamento de salários dos servidores federais por até 10 anos (PL 549) recebeu parecer contrário na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara Federal. O relator da matéria, deputado Luiz Carlos Busato (PTB/RS), entendeu que “não há desequilíbrio nas contas públicas” que justifique a medida. O parecer considera que o projeto, se aprovado, resultará em desestímulo profissional e tratamento injusto ao funcionalismo, além de prejudicar propostas de realinhamento de

várias carreiras de Estado atualmente em tramitação no Legislativo.

Na última Plenária da Campanha Salarial dos AFRFB, realizada em abril, a DS/Rio defendeu a inclusão da luta contra o PL 549 na pauta de reivindicações da categoria. A proposta, porém, não chegou a ser votada na reunião.

O parecer ao PL 549 terá que ser votado na Comissão de Trabalho e já consta da pauta desde o dia 12 de maio, exigindo atenção do trabalho parlamentar do Sindifisco Nacional e demais entidades de servidores federais.

Sindifisco celebra tradições juninas

Comidas típicas, brincadeiras e um arrasta-pé caipira vão marcar a primeira festa junina do Sindifisco, no dia 26 de junho. Organizado pela DS/Rio, o “Arraiá” vai ser realizado no Clube da Aeronáutica (Praça Marechal Ancora, nº 15, Centro), das 14 às 21 horas, com direito a canjica, curau, pé-de-moleque, quentão, barraquinhas de pescaria, jogo de argolas e outras delícias da tradição junina. A festa é para toda a família, com diversão para todas as idades. Cada AFRFB terá direito a comprar quatro convites, que podem ser adquiridos nas sedes da DS/Rio. Crianças até 10 anos não pagam.

Diretoria de Aposentados organiza viagem a Campos do Jordão

O charme do inverno em Campos do Jordão (SP), conhecida como a “Suíça Brasileira”, é o destino da viagem organizada pela Diretoria de Assuntos de Aposentadorias e Pensões da DS/Rio para o mês de agosto. A excursão parte no dia 13, em ônibus exclusivo para AFRFB e familiares, e vai visitar as prin-

cipais atrações da cidade, um dos mais procurados destinos turísticos do Brasil na estação mais fria do ano. O retorno é no dia 15, um domingo. Mais informações sobre o roteiro completo, preços e disponibilidade de vagas podem ser obtidas pelos telefones 2135-3803 (Cristina) ou 2252-5100 e 2509-0804 (Claudia).

Excursão a Portugal e Compostela já está completa

Com saída marcada para o dia 10 de julho, a excursão organizada pela DS/Rio a Portugal e Santiago de Compostela (Espanha) já é um sucesso: “Assim que anunciamos a viagem, preenchemos todas as vagas”, comemora a diretora de Assuntos de Aposentadorias e Pensões, Gláudia Mamede, que será uma das 46

integrantes do grupo de AFRFB e familiares a visitar Lisboa, Fátima e Coimbra, entre outras localidades portuguesas, e Santiago, terceiro maior destino de peregrinos católicos do mundo, depois de Roma e Jerusalém. O sucesso na organização da viagem já estimula a diretoria de Aposentados a pensar em novos roteiros.

Unafisco Saúde vacina contra gripe A

Os associados do Unafisco Saúde podem se vacinar contra a gripe comum (sazonal) e a gripe A, também chamada de “gripe suína”, independente da idade ou de pertencer aos grupos de risco. O plano de saúde dá cobertura à vacinação, bastando para isso que os segurados se dirijam às unidades credenciadas.

O serviço está disponível de segunda a sábado em 14 unidades credenciadas no Rio de Janeiro, Macaé, Petrópolis, Nova Iguaçu, Campos e São Gonçalo. Consulte os endereços em www.sindifisconacional-rj.org.br ou pelo telefone 2135-3801 (Angela).

Parceria incrementa atividades do “Estrelas do Amanhã”

O projeto social “Estrelas do Amanhã” está negociando uma parceria com a Escola de Dança Angel Viana com o objetivo de oferecer atividades de dança e expressão corporal às 50 crianças atendidas pela organização. O projeto “Estrelas do Amanhã”, iniciativa de AFRFB do Rio de Janeiro, oferece oportunidade de aprendizado e cidadania a crianças carentes dos morros de São Carlos, Querosene e Clara Nunes.

Contraponto:

Ex-presidente do Unafisco questiona unidades de grandes contribuintes



A criação de unidades da Receita Federal especializadas em maiores contribuintes é um modelo que pode fragilizar a instituição e até mesmo reduzir a capacidade da RFB de fiscalizar os grandes. O alerta é do ex-presidente do Unafisco Sindical, Paulo Gil Introíni, que, durante o seminário “Previdência Social Pública em Debate” destacou os riscos de criação de “unidades de elite” na Receita.

Ele explicou que o modelo vem sendo adotado na África e na América Latina. O único país desenvolvido que o adota é o Canadá, onde existe uma diferenciação entre as delegacias de grandes contribuintes e o restante do Fisco: as unidades especializadas recebem mais recursos, equipamentos e treinamento. Recrutam os melhores quadros, num processo de seleção interna, e esses recebem, inclusive, remuneração diferenciada.

“Na prática, esse órgão passa a ser ‘A Receita’, colocando as demais atividades num plano secundário, relata Paulo Gil, hoje diretor de Estudos Técnicos

da DS/Campinas (SP). Segundo ele, os problemas gerados por esse modelo já fazem com que seja criticado até por técnicos do Banco Mundial, onde foi gestado.

Problemas- “O primeiro problema é que os grandes contribuintes não são bobos. Se a fiscalização aperta, eles se fragmentam em pessoas jurídicas menores, escapando à alçada da delegacia especializada”, explica o sindicalista, lembrando que, no Brasil, onde a prática do uso de “laranjas” é disseminada, a fragmentação já é uma realidade. “Os ‘laranjas’ são sempre pequenos e médios”. Além disso, a especialização também reduziria a capacidade da Receita atuar nos setores econômicos dos quais os oligopólios estão ausentes.

Para Paulo Gil, entretanto, o maior problema seria “o cerco permanente” ao centro de decisões da instituição. “No mundo inteiro, o poder econômico procura capturar o centro de decisões do Estado. Quando se concentram as decisões de fiscalização numa única estrutura, em vez de pulverizá-las por várias unidades, esse cerco, a busca de influenciar nas decisões, fica mais forte”. Ele enfatiza que a criação das Delegacias de Maiores Contribuintes (DEMACS) resultante da última reestruturação precisa ser analisada à luz da recém-editada Portaria de Programação, que fez a esfera de decisão da programação “subir de andar”— das unidades locais para as superintendências. A medida prevê, ainda, o envio de roteiros de programação para Brasília, além de instituir uma lista de contribuintes que serão fiscalizados. “Isso é muito perigoso, especialmente quando lembramos que temos uma história ainda recente de influência das consultorias tributárias no centro de decisões da Receita”, afirma Paulo Gil.

Periculosidade: Ações buscam garantir direito a aposentadoria especial

Transitado em julgado desde dezembro de 2009, o Mandado de Injunção 1616 assegura aos AFRFB que trabalharam em unidades sob condições de insalubridade, penosidade ou periculosidade um acréscimo de até 40% na contagem de tempo para a aposentadoria. Para assegurar o cumprimento dessa determinação, o Departamento Jurídico do Sindifisco Nacional está entrando na Justiça com ações coletivas em cada região.

Desde o trânsito em julgado do Mandado, muitos auditores entraram com requerimentos solicitando a contagem especial de tempo, mas a administração da RFB ainda não se pronunciou sobre a questão. Esses requerimentos estão sendo usados como paradigmas para fundamentar as ações movidas pela DEN. “Quem já requereu o direito estará contemplado nas ações coletivas. Quem não o fez, ainda pode fazê-lo”, explica o advogado Rodrigo Cartafina, do Departamento Jurídico do Sindicato.

Ele alerta, entretanto, que os colegas que não recebiam o adicional por periculosidade, penosidade ou insalubridade precisarão enfrentar outros trâmites para assegurar o direito à contagem de tempo especial. “Neste caso, será necessário primeiramente comprovar na Justiça que o AFRFB tinha direito ao benefício, ainda que não tenha recebido o adicional”.

Rio quer aprofundar debate sobre minuta da LOF

Com a presença de 174 AFRFB, a Assembléia do Rio de Janeiro rejeitou a proposta de Lei Orgânica do Fisco encaminhada pelo Conselho de Delegados Sindicais. Foram 125 votos contrários, 12 favoráveis e nove abstenções. No entender da maioria dos colegas, a metodologia adotada pelo CDS na análise da minuta de LOF apresentada pela administração prejudicou o debate (veja quadro). Nacionalmente, a proposta foi aprovada com 62% dos votos.

Os debates da Assembléia descentralizada — houve reuniões no Ministério da Fazenda, Itaguai, Porto, Aeroporto, Nova Iguaçu, Volta Redonda e Ipanema — deixaram claro que os AFRFB do Rio de Janeiro não querem *qualquer* LOF. Entre as questões essenciais que devem ser contempladas na Lei Orgânica figuram **a garantia do AFRFB como autoridade administrativa, a separação das carreiras de auditor e de analista, a rejeição a uma “autonomia funcional, patrimonial, administrativa, orçamentária e financeira” da RFB e o fim da figura do acesso imotivado, do compartilhamento de atribuições**

e dos superpoderes propostos para o secretário da Receita.

Sobre esses pontos essenciais, a Assembléia do Rio aprovou um documento conclamando a categoria a manter a “serenidade e a lucidez, já demonstradas em tantas outras batalhas, para construirmos a LOF que traga, de fato, avanços e não retrocessos”. Documento semelhante foi aprovado pelas Delegacias Sindicais de Campinas/Jundiaí, Ceará, Curitiba, Espírito Santo, Florianópolis, Maranhão, Pelotas e Salvador.

Embora o Conselho de Delegados Sindicais tenha aprovado a proposta da DEN de não condicionar o apoio ao projeto ao acatamento de pelo menos parte dessas mudanças, os AFRFB do Rio manifestaram-se pela necessidade de recolocar o debate e a negociação da LOF no rumo correto. “A LOF é um tema pautado exclusivamente pelos AFRFB. Não faz sentido nos considerarmos ‘atendidos’ com uma proposta que, ao invés de valorizar o cargo, coloca-o em risco”, resume o presidente da DS/Rio, Aelio dos Santos Filho.

Metodologia prejudica debate

Em lugar de apreciar a proposta concreta de LOF apresentada pela administração, o CDS realizado entre 3 e 5 de maio preferiu adotar um texto substitutivo, apresentado pela DEN, como base para a discussão da Lei orgânica. O texto desconhecido — diferente também da minuta aprovada pela categoria — teve apenas um dia e meio de análise e votação.

A DS/Rio, voto vencido, discordou dessa metodologia, por entender que o CDS deveria analisar a proposta concreta em pauta — o projeto da administração, já conhecido pelas Delegacias Sindicais — e apreciar as emendas aprovadas previamente nas assembleias de todo o país.

Após a leitura dos quase 60 artigos, os delegados apresentaram os destaques para novas emendas — cerca de uma centena — e o CDS foi encerrado com a apreciação de apenas um terço dos artigos do substitutivo. Para a DS/Rio, o debate ficou prejudicado com adoção desse terceiro texto, que não representa nem a vontade da categoria — que já tem uma proposta de LOF aprovada em Assembléia — nem a intenção da administração.

Delegados Sindicais rejeitam “autonomia”

A “autonomia funcional, patrimonial, administrativa, orçamentária e financeira” da RFB, proposta na LOF da administração, foi rejeitada pela ampla maioria dos Delegados Sindicais, reunidos em São Paulo, entre 3 e 5 de maio. Nos debates, foi demonstrado que tal autonomia implicaria na autarquização ou nacelebração de um contrato de gestão, rejeitado anteriormente tanto pela Fenafisp quanto pelo Unafisco.

Para exercer a autonomia patrimonial, por exemplo, a instituição teria que ser dotada de personalidade jurídica e, por

tanto, configurar-se como uma autarquia, modelo reiteradamente rejeitado no âmbito do antigo Unafisco. A decisão do CDS, porém, tem força de mera sugestão, já que nenhum ponto foi eleito como essencial ou condicional ao apoio da categoria ao projeto da LOF da administração.

A Direção Nacional do Sindifisco chegou a apontar essa “autonomia” entre os “expressivos avanços” que viu no texto da LOF da administração, além de defender seu aprofundamento: propôs alterar o Artigo 1º da LOF para

que a RFB passasse a ser “administrativamente subordinada” ao Ministro da Fazenda”, em lugar de “diretamente subordinada”, como consta da minuta da administração”

Mas a maioria dos Delegados Sindicais aprovou a proposta defendida pela DS/Rio de retirar a “autonomia” do texto da LOF. “Podemos até mudar de posição, mas 10 minutos de discussão no CDS não são suficientes para reverter 10 anos de debate que sempre rejeitou a autarquização e dos contratos de gestão”, avalia o presidente da DS Rio.